

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH) FACULDADE DE
HISTÓRIA

MAYARA SOUZA DOS SANTOS

A MULHER NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Uma Análise de Coleções Adotadas no Ensino Básico da Cidade de Marabá (PA).

MARABÁ

2018

MAYARA SOUZA DOS SANTOS

A MULHER NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:
Uma Análise de Coleções Adotadas no Ensino Básico da Cidade de Marabá (PA).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de História do Instituto de Ciências
Humanas da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará,
como parte das exigências para a conclusão do
Curso de Graduação de
Licenciatura em História.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Sales
Carneiro Sampaio

MARABÁ
2018

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Biblioteca Setorial Campus do
Tauarizinho**

Santos, Mayara Souza dos

A mulher negra nos livros didáticos de História: uma análise de coleções adotadas no Ensino Básico da cidade de Marabá (PA) / Mayara Souza dos Santos; orientadora, Maria Clara Sales Carneiro Sampaio. — Marabá : [s. n.], 2018.

TrabalhodeConclusãodeCurso(Graduação)-
UniversidadeFederaldoSul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de História, Curso de Licenciatura Plena em História, 2018.

1. História (Ensino Fundamental) – Estudo e Ensino – Marabá (PA).
2. História (Ensino Fundamental) – Livros didáticos. 3. Negros nos livros didáticos. 4. Negras – História - Estudo e Ensino. I. Sampaio, Maria Clara Sales Carneiro, orient. II. Título.

CDD: 22. ed.: 372.8904

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

TERMO DE APROVAÇÃO

MAYARA SOUZA DOS SANTOS

A MULHER NEGRA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA:

Uma Análise de Coleções Adotadas no Ensino Básico da Cidade de Marabá (PA).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do

Pará, como parte das exigências para a conclusão do Curso de Graduação de Licenciatura em História, pela seguinte banca examinadora.

Profa. Dra. Maria Clara Sales Carneiro Sampaio
Orientadora
Faculdade de História
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Prof. Me. Janaílson Macedo Luiz
Faculdade de História
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Profa. Dra. Karla Leandro Rascke
Faculdade de História
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Marabá, julho de 2018

À minha família

AGRADECIMENTOS

Primeiro gostaria de agradecer a Deus por ter me dado força, coragem e paciência para que eu pudesse chegar até este dado momento. Não foram momentos fáceis até aqui e em todos eles senti Sua presença ao meu lado.

Gostaria de agradecer às minhas irmãs Mariana e Marilha, por terem me ajudado com a organização da minha casa nos dias em que eu passei na universidade, estudando. Por sempre torcerem por mim e comemorarem comigo as minhas vitórias. Com toda certeza elas são minha maior torcida, meu ponto de paz.

Aos meus amigos por terem suportado os meus dias de estresse, pela paciência e por estarem sempre dispostos a me ajudarem nos momentos de crises sempre me dizendo que tudo passaria e que não iria demorar muito eu estaria formada, em especial, Stefany e Priscila, por todo apoio e paciência. Vocês são os melhores amigos que eu pudesse ganhar.

Ao meu padrasto Reis que sempre me falava palavras de ânimo e que me incentivava, que por diversas vezes quando eu passava a noite acordada ia me deixar e buscar na faculdade.

Ao meu esposo que, com toda paciência, me ajudava e me dava o tempo necessário para pudesse estudar, por diversas vezes ter digitado trabalhos quando eu estava apertada com muitas demandas, por ter enxugado minhas lágrimas nas madrugadas quando eu achava que não iria conseguir, por me fazer entender que com um pouco mais de esforço eu poderia alcançar meu objetivo.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Clara Sampaio, por te me feito corrigir meu trabalho por diversas vezes e pelas broncas pedindo para que eu fosse mais atenta com a ortografia e a concordância. Mesmo que algumas vezes corrigindo o trabalho em lágrimas, me dando vontade de abandoná-lo, contudo, sou grata, pois hoje olhando para o resultado final, acredito que todo esse processo

serviu para que eu tivesse um texto organizado. Com toda certeza esse foi um dos trabalhos mais doloroso de se fazer, porém o que pude obter maior aprendizado.

Minha gratidão à minha mãe, por me apoiar, por chorar, sorrir a até mesmo sofrer comigo, obrigada mamãe por suas orações, por ter acreditado em mim, por ter acreditado em meu potencial. Obrigada por tudo que fez e faz por mim, sou grata pelo simples fato de ter a senhora ao meu lado. Obrigada me fazer acreditar que eu posso ser tudo que eu quiser, se eu somente acreditar. Amo-te.

E, por último, mas não menos importante, ao meu pai, o grande amor da minha vida aquele que faz eu me sentir segura, que é meu porto seguro. Foi meu motorista durante esses quatro anos, meu “ouvidor” para as minhas reclamações, minha luz. Obrigado por todos os abraços e ligações. Amo-te incondicionalmente.

Todos vocês terão a minha eterna gratidão por colorirem minha vida com cores mais bonitas que eu já vi alguém pintar, por me deixarem mais segura. Grata por cada ligação, cada bronca, cada abraço apertado, obrigada por terem acalmado meu coração nos momentos em que eu mais precisei; obrigada por terem acreditado no meu sonho. Ter vocês nessa caminhada faz tudo ter mais sentido.

Ser mulher negra é a minha essência, não a minha sentença.

Autor desconhecido

RESUMO

A presente monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História pela Faculdade de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará tem como tema as reflexões acerca das representações das mulheres negras em diferentes coleções de livros didáticos de História adotados em escolas no município de Marabá (PA). Tendo em vista os 15 anos de vigor da Lei Federal de número 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio no Brasil, foi nosso objetivo contribuir para a reflexão dos limites e problemas que ainda são enfrentados por docentes e estudantes na busca por uma melhor compreensão sobre a forma como as contribuições históricas das mulheres negras aparecem representadas naquele que é um dos principais materiais de apoio do ensino básico: o livro didático.

Palavras-chaves: Ensino de História, Livro Didático, Mulher Negra.

ABSTRACT

The present study is the final paper necessary to conclude the Undergraduate course of History and History Teaching in the Faculdade de História of the Instituto de Ciências Humanas of the Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. It is centered around discussions on the representation of black women in different History schoolbooks collections adopted by schools in the municipality of Marabá (PA). Fifteen years ago, the Federal Law number 10.639 of 2003, made it mandatory that African and African-Brazilian History and Culture became part of the curriculum in Secondary Schools and High Schools all over the country. This paper aims at verifying, in light of such law, what kind of issues teachers and students still face when it comes to better understanding the historical part played by black women, according to that which is the main resource in most classrooms: schoolbooks.

Keywords: History teaching, textbook, black woman

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 -	IMAGENS DO LIVRO DE HISTÓRIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: EDITORA POSITIVO.....	36
QUADRO 2 -	IMAGENS DO LIVRO DE HISTÓRIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: SISTEMA DE ENSINO SIM.....	44
FIGURA 1 -	CAPA DO LIVRO DA EDITORA POSITIVO; 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	33
FIGURA 2 -	CAPA DO LIVRO DO SISTEMA DE ENSINO SIM; 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II.....	33
FIGURA 3 -	REPRODUÇÃO DO TEXTO <i>A MULHER NA ÁFRICA TRADICIONAL</i> , 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II, SISTEMA POSITIVO.....	37
FIGURA 4 -	VALORIZANDO OS SEUS CONHECIMENTOS.....	39
FIGURA 5 -	TRANSCRIÇÃO DOS TRECHOS <i>VALORIZANDO SEUS CONHECIMENTOS E PARA REFLETIR!</i>	39
FIGURA 6 -	ILUSTRAÇÃO QUE PRECEDE O TEXTO <i>A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA</i>	40
FIGURA 7 -	TRANSCRIÇÃO DO TEXTO <i>A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA</i>	41
FIGURA 8 -	TRANSCRIÇÃO DO TEXTO <i>A IMPORTÂNCIA DA MULHER</i>	42
FIGURA 9 -	<i>FUGA DE ESCRAVOS</i>	42
FIGURA 10 -	TRANSCRIÇÃO DO TEXTO QUE ACOMPANHA A <i>FUGA DE ESCRAVOS</i>	43
FIGURA 11 -	SOCIEDADE COLONIAL.....	46
FIGURA 12 -	ENGENHO DE AÇÚCAR.....	47
FIGURA 13 -	OS BANDEIRANTES.....	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO	13
3 MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.....	24
4 A IMAGEM DA MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: O ENSINO NA CIDADE DE MARABÁ (PA).....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

INTRODUÇÃO

Passados quinze anos da aprovação da Lei 10.639 de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos Ensinos Fundamental e Médio, avançou-se muito nas frentes de pesquisa e produção de materiais didáticos e de apoio que versam sobre o tema. Contudo, a busca por uma sociedade mais igualitária pela via da educação ainda tem um longo caminho ser percorrido. Se a presença do negro (e a forma como ele aparece) nos livros didáticos tem mudado muito nos últimos anos, acreditamos que a agência e resistência das mulheres negras ainda permanecem bastante silenciadas.

O presente trabalho tem como objetivo analisar as coleções didáticas das editoras Positivo e Sistema de Ensino SIM. Os referidos livros didáticos de história são atualmente utilizados por professores do Ensino Fundamental II, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Julieta Gomes Leitão (Editora Positivo) e no Centro Educacional Teorema (Sistema de Ensino SIM). Em nossa análise buscaremos as presenças – ou ausências – das mulheres negras e partiremos da hipótese de que uma educação para igualdade necessita de maior e melhor representatividade das contribuições históricas das mulheres negras nas narrativas dos livros didáticos. Sobre o material analisado, é importante dizer que, embora se tenha realizado uma leitura introdutória e expositiva do material didático do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II, focou-se a análise a respeito da mulher negra (nosso objeto de estudo), nos livros do 7º ano de ambos os sistemas de ensino.

Tendo em vista que a análise da presença de mulheres negras nos livros didáticos de história tende a se dar naqueles conteúdos que se referem a questão da escravidão colonial e da História do Brasil Império, pretendemos por um lado discutir de que forma a agência e resistência escravas poderiam ser potencialmente melhor evidenciadas. Por outro lado, também nos questionaremos sobre a ausência de mulheres negras nos períodos históricos posteriores à abolição da escravidão no país, em 1888. Ou mesmo a ausência delas como participantes dos processos de abolição. Tratam-se, portanto, de

três objetivos a serem desenvolvidos ao longo dos três capítulos da presente monografia.

Não se trata, porém, de um estudo sobre a mulher africana ou afrobrasileira no Brasil dos períodos colonial e imperial. Nosso foco de pesquisa é a representação da mulher negra nos livros didáticos de história que estão sendo utilizados no Ensino Básico da cidade de Marabá na atualidade. Guardadas as particularidades étnicas e regionais da mesorregião Sudeste do Pará, quais as contribuições que os livros didáticos de história podem ter para a construção de imagens de mulheres negras que não estejam apenas vinculadas aos temas da escravidão e de posições sociais subalternas?

Para tanto dividimos o trabalho em três capítulos. No **Capítulo 1**, colocamos em perspectiva os debates atuais sobre a presença dos negros nos livros didáticos, sem ainda aprofundar nosso recorte de gênero. Aqui, mostramos de forma abrangente como negros e negras aparecem nos livros didáticos do 6º ao 9º ano. No **Capítulo 2**, a questão da agência e da resistência que trabalhos historiográficos desde os anos 1980 vêm propondo; confrontaremos as representações da mulher africana e afro-brasileira com estudos historiográficos mais recentes que podem contribuir para se repensar a forma como elas são descritas/pensadas/mostradas. Por fim, no **Capítulo 3**, contribuimos para as reflexões sobre particularidades étnicas na mesorregião sudeste do Pará, analisando em detalhes mais específicos o material do 7º ano do Ensino Fundamental II, espaço em que aparecem efetivamente as ilustrações das mulheres negras nos livros didáticos.

É importante destacar que, refletir sobre a história da população negra no Brasil é sempre um exercício desafiador. O Brasil é o país das Américas que mais recebeu escravos africanos e, até hoje, tem uma das maiores populações negras fora do continente africano do mundo. O sistema escravista brasileiro, portanto, não só consumiu milhões de corpos negros nas rotinas exaustivas de trabalho entre os séculos XVII e XIX, mas procurou esconder as identidades pessoais e coletivas de seus escravos e escravas. Assim, pensar a história afrobrasileira antes do século XX envolve necessariamente a análise de sujeitos constantemente desumanizados.

1. A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO

Como consequência da aprovação da Lei 10.639/03, o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira hoje faz parte das diretrizes curriculares nacionais (DCNs) da Educação Básica. A obrigatoriedade do ensino destes conteúdos, embora represente grandes avanços, ainda não traz para parte dos livros didáticos contribuições mais abrangentes. Em nosso trabalho, analisaremos a presença dos tópicos de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana a partir dos materiais didáticos dos livros da Editora Positivo e do Sistema de Ensino SIM, e, mais para frente, a questão da presença das mulheres negras. Em princípio, portanto, discutiremos os materiais do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e, em capítulo futuro (Capítulo 3), destacaremos a análise dos livros do 7º ano do Ensino Fundamental II.

Das coleções didáticas analisadas no presente trabalho, os tópicos de História da África são pouco desenvolvidos e, no caso das populações africanas e afro-descendentes no Brasil, é possível perceber um tratamento generalizado e, por vezes, que não condiz com a perspectiva da resistência impostas pelos escravizados. Em análise dos livros do 6º ao 9º anos da editora Positivo e do Sistema de Ensino SIM, vemos que eles trazem esses assuntos divididos em: os reinos e impérios africanos, descolonização da África, sua independência, mão de obra africana e resistências dos escravos. Os únicos livros que fazem uma menção voltada diretamente para homens e mulheres africanos são os livros do 7º ano, embora esses assuntos sejam relatados em apenas 4 ou 5 páginas, em livros quem têm entre 240 a 300 páginas o que representa apenas 5% de cada livro. Mesmo que tenha se tornado um avanço a inserção desses conteúdos nos livros didáticos, ainda são dadas pouca atenção para o mesmo. Já o livro do 8º ano fala sobre a abolição da escravidão.

Anteriormente à aprovação da Lei 10.639/03, os conteúdos de História da África, por exemplo, eram mínimos. Como podemos perceber pela análise da historiadora Maria Telvira Conceição em seu artigo “Os discursos da racialização nos livros didáticos brasileiros de História (1950 a 1995)”:

Esse conjunto de alusões ao Continente africano é um contingencial africano. Como também não são, necessariamente, identificadas através da delimitação de temáticas ou assuntos, já que 57% (ou 11 dos manuais) mais da metade, portanto, não lista especificações de conteúdo (como proposta de capítulos, temas de unidades), sobre África, nem por sinalizadores visuais, tendo em vista que em apenas 15% (ou seja, 03 manuais) das referidas escritas foram incluídas imagens visuais sobre o Continente africano. (CONCEIÇÃO, 2017, p.39)

A coleção didática da Editora Positivo é hoje adotada na Escola Municipal Julieta Gomes Leitão. Os únicos momentos em que aparecem imagens e conteúdos falando diretamente sobre negros e negras no Brasil se concentram no livro dedicado ao 7º ano. São cinco páginas dedicadas aos temas da escravidão colonial, ao trabalho escravo no Brasil e à resistência. Ao todo, a menção à formação de quilombos e formas de resistência cultural tomam apenas uma página (na verdade, duas metades das páginas 212 e 2013). Ao todo o livro tem 240 páginas e envolve os seguintes temas: História Medieval, História Moderna da Europa, Grandes Descobrimentos, Sociedades Ameríndias e Colonização da América Portuguesa. Para a América Portuguesa são dedicadas 98 páginas. Assim, as 5 páginas que tratam da forma mais adotada de trabalho no Brasil, o trabalho escravo, representam pouco mais que 5% do total de páginas sobre os conteúdos.

A abolição dos escravos nos livros didáticos, na maioria das vezes, menciona os abolicionistas como protagonistas desse processo. Porém, não se é falando que em meio a esses abolicionistas existiam negros que se destacavam nas lutas como Luís Gama (1830-1882) e André Rebouças (1838 – 1898), todavia, destacam-se como representante do movimento abolicionista sujeitos brancos como Joaquim Nabuco (1849 – 1910). E algumas narrativas ainda não falam sobre a resistência desses povos que ajudou para que houvesse o processo de abolição.

As ações rebeldes por parte dos escravizados, assim como as diversas formas de insurgências cotidiana, podem ser consideradas um elemento de peso no processo, e sua efetividade como fator de influência no abolicionismo pode ser avaliada tanto de ponto de vista dos seus agentes como daqueles que as temiam. Sua presença fortalece o entendimento da escravidão como um problema a ser revolido mesmo para os setores dominantes. [...] (LIMA, 2017, p.212)

Sob o mesmo ponto de vista, o movimento abolicionista não teria obtido com tanto êxito se não tivessem ocorrido as resistências escravas como fugas, quilombos, revoltas individuais e coletivas. As rebeliões fizeram parte da estrutura de resistência que compreendia o comportamento do negro dentro do sistema escravista. Mas essas imagens não são traduzidas nos livros didáticos estudados.

O que vemos é a reprodução da imagem de um do negro passivo dentro do processo da abolição, o que mostra grande desconhecimento e distanciamento da realidade e da vivência de homens e mulheres escravos. São discursos reproduzidos durante muitos anos que nos impedem de ver o protagonismo dos escravizados na luta e entender a fundo suas relações sociais e culturais.

Um dos temas da história brasileira que sempre surge articulado ao tema abolição é o da imigração, no século XIX. A maioria das narrativas traz junto ao tema do fim da escravidão, sinalizando a escola pelo trabalho de imigrantes. [...] A ligação entre o estímulo à imigração e o desejo do branqueamento da sociedade brasileira ainda é pouco, ou em quase nada presente nas narrativas didáticas, com raras e honrosas exceções. (LIMA, 2017, p.214,215).

Partindo também dessa perspectiva da abolição, depois que os escravos se tornaram livres, os livros didáticos começaram a abordar temas como a imigração de pessoas para o Brasil, mostrando que os brasileiros tinham preferência pelo trabalho de imigrantes, que eram considerados como mão de obra qualificada.

Sob o mesmo ponto de vista de Monica Lima (2017), pode-se perceber que os livros didáticos não tratam o desejo da vinda de imigrantes como uma forma de branqueamento do país. Entendemos que devem existir exceções de livros que exemplifiquem esse tema com sua especificidade e não de uma forma genérica. Não é necessariamente o caso das coleções estudadas, mas afirmar que essas coleções representam a totalidade dos livros adotados ao redor de todo o país é perigoso e uma não realidade.

Em relação aos livros estudados, assim como na coleção da Editora Positivo, a coleção do Sistema de Ensino SIM (Sistema de Ensino), atualmente adotada pelo Centro Educacional Teorema, escola privada na cidade de

Marabá, ainda é bastante pequeno o espaço dedicado à história afro-brasileira. Dentre as 06 páginas dedicadas à escravidão colonial, menos de duas são dedicadas às formas de resistência (entre as páginas 230 e 231). Nessas páginas, encontramos menções às danças, costumes, fugas e quilombos como forma de resistência. Concordamos, assim, com as análises da historiadora Mônica Lima:

E, fundamentalmente, ainda resta um longo caminho a percorrer para fazermos a história ensinada ser mais inclusiva e abrangente, incorporando os múltiplos episódios e processos em que houve a atuação da população negra e africana como revendo perspectiva sobre os mesmos. Não se trata apenas de substituir personagens de destaques, mas de repensar seu tratamento. E a abolição deve deixar de ser o momento a partir do qual desaparecem as menções ao ser negro no Brasil, assim como nos estudos de história do mundo desaparecem a menção África até a descolonização na segunda metade do século XX. (LIMA, 2017, p.219).

Embora o artigo de Lima, “Negra é a Raiz da Liberdade: Narrativas sobre a abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de história”, se concentre na reflexão sobre o pouco aparecimento de mulheres e homens negros como agentes da abolição e no período pós-abolição, concordamos que a pouca atenção que os livros didáticos atuais dedicam a negros e negras carece de melhor problematização. Se quisermos de fato narrativas didáticas inclusivas, precisamos tratar a participação histórica de negros e negras sem ser apenas como anexos específicos da narrativa principal. Certamente pode-se considerar um avanço a entrada desses “novos” sujeitos nos livros didáticos, porém o seu papel ainda é muito silenciado ou visto como um adendo, quase como uma “curiosidade”. Uma das razões pelas quais existem tanta invisibilidade nos livros didáticos é por conta desse tipo de interpretações que não entende a história de negros e negras como História do Brasil, mas como uma história de parte da população e não do todo.

Na mesma linha, o fato de que hoje já se dedique espaço para a agência e a resistência de escravos e escravas nos livros didáticos é, sem dúvida, reflexo dessas novas produções historiográficas posteriores aos anos 1980. Nesse sentido, concordamos com o historiador Luciano Magela Roza, em seu artigo

“Abordagens do Racismo em Livros Didáticos de História (2008-2011)”:

A produção historiográfica sobre o pós-emancipação, em seu conjunto, vem se desenvolvendo contribuindo com a incorporação de novos sujeitos históricos às interpretações sobre o passado brasileiro, especialmente, colocando relevo na experiência pretérita afrobrasileira como uma das facetas fundamentais para a reflexão acerca dos embates travados em torno dos sentidos e significados de raça, trabalho e cidadania construídos por tais sujeitos a partir do final do século XIX no Brasil. (ROZA, 2017,p.18).

Contudo, precisamos nos perguntar qual o impacto real da representação desses novos sujeitos para estudantes e professores do Ensino Básico. As narrativas dos livros didáticos de História no Brasil já trazem o protagonismo histórico de negros e negras de forma palpável?

Embora a produção historiográfica até os anos 1990, de forma geral, não tenha considerado o protagonismo negro como questão central de análise, um aspecto relevante dessa produção é a visibilidade dada ao racismo como prática de grande ressonância social, direcionada para a marginalização dos afro-descendentes nos pós-abolição. Ao colocar em evidência práticas raciais, de natureza simbólica e material, a escrita da história, realizada no referido momento, encapsulou os afrobrasileiros na marginalidade e na exclusão. (ROZA, 2017, p. 18).

O Ensino Básico, no Brasil, ainda encontra em suas estruturas mais profundas heranças de seus inícios jesuíticos, colonizadores e, portanto, brancos e coloniais. Isso nos ajuda a entender porque, como nos explicou Roza, o Ensino Básico no Brasil vem de uma tradição que não dava visibilidade ao protagonismo de mulheres e homens negros, mas reconhecia a exclusão social dos mesmos no pós-abolição. O que Roza se refere como “encapsular” tem a ver com um processo de distanciamento de negros e negras da linha narrativa principal sobre a História do Brasil. Vemos que a discussão sobre a exclusão social do pós-abolição e depois a representação de negros e negras é praticamente nula.

O livro do 8º ano do Sistema de Ensino SIM das páginas 249 a 250 vem abordando sobre a abolição dos escravos, fala sobre os abolicionistas (luta que, segundo o livro, tinha participação tanto de republicanos como de monarquistas), e traz a Princesa Isabel (1846 – 1921) como a bondosa monarca, que, se aproveitando do poder temporário por causa de um

afastamento de seu pai, o Imperador Pedro II (1825-1891), assinou a Lei Áurea (13 de maio de 1888) que seria o fim da escravidão.

Inclusive, na página 250, o livro traz o discurso de uma (suposta) igualdade para todos com o fim da escravidão. Ele informa, aos estudantes (e ao professor que trabalha com o livro) que alguns escravos continuaram a trabalhar por salários muito baixos para os seus ex-donos (reforçando a ideia de vocação para o trabalho rural pouco valorizado) e diz que os que optaram pelos centros urbanos, por não serem alfabetizados, passaram a viver de forma precária. Posteriormente a esses fatos não se tem mais nenhuma narrativa no livro que dê continuidade na história sobre a vida desses negros e negras escravos.

Assim posto, a lógica da naturalização é tecida a partir de um conjunto de argumentos que supostamente guardam inteligibilidade nas referências sobre a África: a simplificação do processo de dominação que gerou a escravidão; as ênfases na semântica da escravidão; o teor das justificativas aludidas para pensar o africano como escravo – a herança, o costume, sincronia cor/escravo ideal, por exemplo –, sem perder de vista as supostas necessidades econômicas próprias daquele contexto e a ideia de objeto comercial. (CONCEIÇÃO, 2017, p.49).

Os afro-brasileiros, assim, ficam em uma espécie de limbo. Nem aparecem como protagonistas dos episódios dos períodos republicanos do Brasil, nem sequer permanecem como a representação das camadas trabalhadoras. Com o início do movimento de imigração europeia e asiática, fica parecendo que os trabalhadores brasileiros passam a ser estrangeiros. Sabemos que a realidade da imigração é apenas palpável para alguns estados das regiões Sul e Sudeste do país. Sabemos também que a grande parte das outras regiões brasileiras não só não receberam muitos imigrantes, como vinham dependendo da mão-de-obra nacional desde o crescimento da economia do café em meados do século XIX. Mas nada disso aparece de forma declarada nos livros didáticos estudados, contribuindo para a invisibilidade negra nas páginas dos textos adotados em sala de aula.

O historiador Claudio Henrique de Moraes Batalha em seu texto “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”. Vem justamente mostrando a participação dos negros e negras da formação da população operária do país. Seu texto nos mostra que explicar a formação

operária do país apenas por pessoas brancas é falsear esse processo e contribuir para o discurso do embranquecimento da nação.

Falar da classe operaria “branca”, composta em sua maioria de imigrantes, é sem dúvida uma avaliação globalmente correta para o estado de São Paulo e do Sul, mas desconsidera o peso do operariado nacional, com significativa participação de negros e, mulatos do restante do país [...] (BATALHA, 2003, p.164).

No livro didático do 8º ano da editora Positivo que narra o conteúdo sobre abolição, não aparece essa realidade. O texto apenas fala que após a abolição muitos negros e negras passaram a viver em situações precárias nas favelas. Não queremos dizer com isso que essa não tenha sido, de fato, uma realidade. O que queremos dizer é que, embora isso tenha acontecido, muitos homens e mulheres que passaram a viver dessa forma, começaram, ao mesmo tempo, a fazer parte a associações operarias, alguns se tornaram alfaiates, costureiras, sapateiros entre outras profissões. Da forma como o texto é escrito, dá-se a entender que “viver em situação precária na favela” é um estilo de vida e uma ocupação quase que profissional. É como se esses negros e negras vivessem, justamente, de viver em situação precária nas favelas; como se não tivessem atividades econômicas remuneradas, participação no dia-a-dia da sociedade como um todo e lugares em que transitavam e interagiam entre si e com as pessoas vistas como brancas.

Isso nos leva a refletir sobre a necessidade não só de destacar a representação ainda desvalorizada de afrodescendentes nos livros didáticos, mas também de incluí-los na narrativa principal. Afinal, grande parte das camadas trabalhadoras no Brasil permanecem sendo os nacionais (mestiços e negros). Não é possível mais pensar que o lugar do negro no pós-abolição é apenas nas favelas que nascem nos grandes centros urbanos.

Da mesma forma, é preciso romper com a permanente opção (que, obviamente, assim como todas as outras, não é neutra) de se incluir temas de História da África apenas como o lugar de onde saem grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras que virão para o Brasil, como nos mostra Maria Telvira Conceição:

A África como lugar geográfico foi nomeado a partir das seguintes referências: lugar de partida dos escravos. Ou seja, a alusão do lugar geográfico em si; como referência para aludir às supostas características sociais e culturais daquele continente, como, por exemplo, o sedentarismo e a arte de povos africanos, porém inferiorizando-os, a partir da ideia do tribalismo e do primitivismo. (CONCEIÇÃO, 2017, p.49).

A presença dos negros e negras nos livros didáticos de História do Brasil, assim, precisa representar melhor os afro-brasileiros no pós-abolição e mostrar a história das sociedades do continente africano como equivalentes às sociedades que são valorizadas no continente europeu¹.

Diante de todos esses aspectos apresentados pelo livro didático, as imagens e narrativas desses livros formam um quadro bastante alarmante: a África é passada através de uma caricatura tribal como um lugar de selvagens, escravos e primitivos. Trata-se de um quadro ainda muito parecido com aquelas imagens transmitidas por missionários e negociantes do século XIX. E ainda são narrativas presente nos livros da atualidade.

Apenas depois do enfrentamento dessas questões poderemos de fato começar a reverter a realidade que a maioria dos estudantes do Ensino Básico enfrenta: a falta de oportunidade de refletir em sala de aula sobre o tema da diversidade étnico-racial em cima de materiais de apoio de maior qualidade crítica. Antes disso, nos parece que grande parte dos discursos provenientes dos livros didáticos se mostra campo fértil para a continuidade do racismo.

E, fundamentalmente, ainda resta um longo caminho a percorrer para fazermos a história ensinada ser mais inclusiva e abrangente, incorporando os múltiplos episódios e processos em que houve a atuação da população negra e africana como revendo perspectiva sobre os mesmos. Não se trata apenas de substituir personagens de destaques, mas de repensar seu tratamento. E a abolição deve deixar de ser o momento a partir do qual desaparecem as menções ao ser negro no Brasil, assim como nos estudos de história do mundo desaparecem a menção África até a descolonização na segunda metade do século XX. (LIMA, 2017, p.219).

¹ É interessante pensar sobre a forma como o Egito Antigo é tratado nos materiais didáticos, particularmente nos livros do 6º ano do Ensino Fundamental II. De todas as ditas civilizações africanas, o Egito é o único que, tradicionalmente, foi pensado em pé de igualdade com as supostas civilizações europeias. Contudo, esse pé de igualdade é garantido porque não se trata (talvez até hoje) o Egito como verdadeiramente africano. Poderíamos, nesse trabalho, nos estender mais a respeito do tema, analisando o discurso presente nos livros didáticos mencionados, mas, como não se trata de nosso objeto de pesquisa, optou-se por registrar a questão sem se aprofundar na problemática.

Precisamos nos tornar mais conscientes a respeito dos diversos caminhos que ainda precisam ser percorridos para compreender como a literatura didática da história ainda está ligada às teorias racistas e como isso contribuiu para a presença de discursos racistas ontem e hoje, sobre africanos e afro-brasileiros. A análise de conteúdos curriculares, faz com que possamos perguntar porque esses discursos e práticas racistas ainda permanecem nos materiais didáticos e como os professores lidam com eles.

Outra referência sobre a qual se mantém o conteúdo das alusões diz respeito à ideia da *influência* desses povos na composição cultural e étnica do Brasil. Esse pressuposto constitui uma noção pertinente, ainda que pouco desenvolvida, se comparada à expressividade que adquire o significado econômico e escravista dessas noções históricas no conjunto das abordagens (CONCEIÇÃO, 2017, p.39).

O negro no livro didático tem sido mostrado com um componente econômico. Por outro lado, sua importância cultural para o Brasil Colônia e Império quase não ganham significados. Muito menos para o Brasil República, período em que, mais uma vez, negros e negras são exclusivamente associados à “vida precária nas favelas”. Podemos dizer que, de forma geral, pelo menos nos livros estudados, a representação desses homens e mulheres negros e negras restringe a sua história e cultura ao mundo da miséria. Tais visões não condizem com a realidade do universo negro. A riqueza histórica e cultural fica por muitas vezes muitas anulada ou escondida por trás do que está escrito e só aparece se houver, por parte do professor responsável por trabalhar o conteúdo, o desejo de questionar o material, de discutir com os alunos o que está apresentado e de buscar, com eles, outros caminhos que não tenham sido percorridos pelo texto adotado.

Com as leituras realizadas para essa primeira parte do trabalho e a análise dos livros em relação ao tema do lugar dos negros na História do Brasil, fica evidente que infelizmente ainda aparecem equívocos quanto às representações das imagens de homens e mulheres negros. Eles ainda são vistos como uma parte de um todo (e uma parte miserável e passiva) e não como agentes protagonistas para formação da sociedade brasileira. Além

disso, os mesmos são representados de forma caricatural e associados, na maioria das vezes, a algo ruim.

Conforme a análise feitas nas coleções dos livros das duas editoras ficou evidente que embora hoje em dia todos os livros tenham a obrigatoriedade de falar sobre a História Afro-Brasileira, a maneira como se fala a respeito do tema ainda é bastante precária. A imagem que prevalece é a dos padrões europeus, o que nos leva a entender que o aluno que está utilizando esse material didático acaba não vendo a sua diversidade cultural sendo apresentada, e o que se pode ter como consequência são futuras pessoas não se reconhecendo como pertencentes da cultura, e em decorrência disso, negando sua identidade.

Tendo em vista que a história dos afro-brasileiros e dos africanos não pode ser resumida apenas a aspectos do período da escravidão, afinal, a escravidão no Brasil foi um período da história, o que encontramos nos livros didáticos não contempla de fato a história desses povos que vieram dos mais diferentes lugares da África. Quando se relata a história desses negros nos livros didáticos de História apenas como participantes do processo da escravidão no país, é deixado de fora seus valores e suas riquíssimas trajetórias de vida, bem como os diferentes processos pelos quais eles passaram tanto em sua formação quanto em seu caminho até o Brasil e, por fim, sua organização depois de aqui chegados e estabelecidos.

Segundo Monica Lima (2017), trazer tanto para as salas de aulas quanto para as narrativas didáticas assuntos como a escravidão e abolição no Brasil, e falar da luta pela liberdade e dar significado à luta e à História do nosso país, dá a oportunidade ao aluno de refletir sobre a desigualdade em um país com uma história de anos de opressão, humilhação, sofrimento cujas as marcas são presentes até hoje.

Propiciar aos alunos esses assuntos é trazer o estudante para o universo cheio de oportunidades e ao mesmo tempo de limites. Para exemplificar temos o livro didático, o recurso mais utilizado pelos professores. A verdade é que esse recurso pode levar o aluno a oportunidades de conhecer como se deu a História do Brasil, quem de fato foram os agentes protagonistas dessa história. Mas, por outro lado, pela maneira como aparece suas lacunas, o

que vemos são um outro limite e um “empurrãozinho” no sentido de fazer o aluno ver esses homens e essas mulheres negras sendo sempre colocados em nível de desprestígio social e cheio de estereótipos. Novamente, dependendo da maneira como o professor aborda esse material, isso pode significar a reprodução passiva do discurso racista. Ou, por outro lado, pode também ter como resultado desses limites, debates que façam com que talvez o aluno possa gerar o seu próprio senso crítico, uma vez que pode levar o estudante a ter oportunidade de quererem saber mais da história do país da qual ele pertence.

A imagem de negros e negras nos livros didáticos é um tema extremamente importante, pois é a representação desses povos nos livros didáticos que pode auxiliar os estudantes ao reconhecimento da importância das diversidades culturais e também o seu auto reconhecimento. E, enquanto essa representação permanece como está, precisamos, portanto, destacar a importância também do professor que deve, então, encarar os limites do material e tomar para si o papel de questionar o documento com seus estudantes, contribuindo para que ele possa, de verdade, desenvolver seu senso crítico, como mencionado acima.

Por fim, precisamos mais uma vez dizer que, a análise dos livros didáticos escolhidos nos leva a crer que esse senso crítico efetivamente só poderá ser desenvolvido se houver o interesse do professor. Isso porque, nos textos que examinadas, como esperamos ter demonstrado, são encontrados discursos explícitos contra o racismo, mas, por outro lado, estão retratados negros e negras de forma não igualitária a brancos e brancas. Fica visível que conteúdos e imagens presentes nessas matérias são racista ou justificam tais práticas. Percebe-se que há um descompasso entre o objetivo em inserir a história desses povos nos livros e aquilo com o que se concretiza de fato.

2. MULHERES NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

A presença da mulher na historiografia e nos acontecimentos históricos tem se mostrado de uma forma surpreendente. Então, o que estamos vendo é a ampliação dos discursos da historiografia, que agora não considera mais como sujeito apenas o masculino e suas realizações, como antes acontecia, deixando para as mulheres margens das narrativas.

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. (RAGO, 1995, p. 01).

Del Priori, em seu texto “História das mulheres: as vozes do silêncio” (2001), aborda a ausência do gênero feminino na história. Ela mostra que, mesmo que a historiografia tenha deixado-as foras da história oficial, elas, com o passar dos anos têm garantido o seu espaço no campo historiográfico. Pesquisadores(as) vêm tentando cada vez mais estudar a vida dessas mulheres e suas lutas.

Por muito tempo a história manteve apenas um gênero, contudo, a partir dos anos de 1980, a agência de mulheres foram conquistando o seu espaço na história. Os espaços históricos eram marcados apenas por homens, deste modo tomando o lugar na presença feminina na história. Na década de 1970 atrelado com a explosão do feminismo essas mulheres fizeram a sua própria história e um dos seus primeiros objetivos era introduzir a história das mulheres de forma definitiva na história.

Del Priori (2001) afirma que o feminismo foi o responsável por identificar a ausência da mulher na historiografia e por si próprio passou a escrever a história das mulheres, antes mesmo das historiadoras.

No primeiro momento, estudar sobre a mulher gerava desconfiança por grande parte historiadores. Em diversas teses alguns historiadores chegavam até escrever sobre as mulheres, porém como se fosse uma atitude de bondade, como um adendo à narrativa principal, ressaltando, de forma geral, o movimento feminista e não a história dessas mulheres como sujeito histórico. Contudo, o avanço da história das mulheres se deu também por conta dos novos rumos seguidos pelas vertentes historiográficas tanto no exterior quanto no Brasil, onde passaram a ganhar mais força nesse período. Ressaltando que até a década de 1970 predominavam as análises que destacavam mais a imagem da família, casamento ou da sexualidade do que da própria mulher, contribuindo, assim, para a invisibilidade das mesmas na história.

Neste contexto inicial, em que a ideologia e identificação constituíram-se em partes integrantes do objeto estudado, a história das mulheres mais parecia um adendo a história geral; um “algo a mais”. Em várias teses, historiadores chegaram a escrever capítulos suplementar sobre a história das mulheres, numa espécie de generosa esmola com que se premiava o nascente movimento feminista. Agradavam, desta maneira, o feminismo mas não a história das mulheres, e embora vigorasse uma confusão ardilosamente alimentada entre ambas era preciso separar o feminismo e sua história da história das mulheres, por tratar-se de dois objetos em si. (PRIORE, 1998, p. 220).

A crise do estruturalismo gerou uma revolução documental histórica, procurou novos protagonistas para história e colocou em cena novas tramas sociais, novas experiências cotidianas. A história também procurou novos parceiros para encenar essas novas tramas. Diante desse contexto, foi necessário aprimorar instrumentos conceituais de análises para que se pudesse incluir nas pesquisas as dimensões das relações entre homens e mulheres na história trazendo o outro lado da realidade histórica.

[...]Temos, por exemplo, a relação entre historiadores e antropólogos que favoreceu novas perspectivas ao enfatizar investigações sobre as “pessoas comuns”, os valores, o simbólico, os rituais, os comportamentos e as crenças. Nesse contexto de tentativa de aprimorar os instrumentos conceituais das análises incluíram-se nas pesquisas as dimensões do privado e as relações entre homens e mulheres trazendo o outro lado da realidade histórica desnudada em sua complexidade. (GOMES, 2010.p.4)

A historiografia brasileira não ficou neutra diante de tais mudanças que vinham acontecendo sobre a presença feminina na história. No primeiro momento as imagens das mulheres eram vistas apenas como um resultado das condições socioeconômicas e até mesmo como vítimas, sem qualquer consciência e atuação histórica. Porém na década de 1980 as pesquisas, ainda focadas na condição feminina, tentaram preencher este vazio da invisibilidade da mulher na história e passaram a investigar as mulheres enquanto sujeitos históricos, tendo em vista a análise do seu cotidiano a partir de suas resistências e transformações da sua realidade.

Simultaneamente, este foi o período de efervescência também de trabalhos inseridos na forte tendência dos estudos “das mentalidades” ganhando destaque as temáticas que auxiliavam as análises do feminino (a sexualidade, o amor, o corpo, o pecado, o medo, a morte, os desvios...) e as relações entre o público e o privado. Assim, as mulheres tornavam-se sujeitos sociais que engendravam a História, que lutavam contra as declarações de poder e produziam percepções e experiências próprias. (GOMES, 2010.p.5)

Durante os anos 1980, com o crescimento considerável do número de mulheres nas universidades, houve um alargamento dos temas, e com isso, um surgimento de expressiva publicação sobre o universo feminino, resultando em reflexões e novas versões sobre acontecimentos históricos. Nesse sentido, Rago afirma que.

Esta reflexão se faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história. (RAGO, 1995. p.81)

A inserção da História da Mulher como pesquisa passou por algumas dificuldades, tendo que usar várias estratégias para ser aceita como uma vertente de pesquisa histórica e deixar de ser considerada apenas como um estudo ideológico. Afinal o termo ideologia era algo associado ao conhecimento distorcido por interesses pessoais, e isso desqualificava o trabalho intelectual. As histórias das mulheres só começavam de fato quando as mesmas rompiam um círculo do universo masculino e a leis das quais elas viviam, para que assim pudessem se tornar fonte e matéria da dinâmica social. A relevância para se

estudar a história das mulheres começou como um fruto de várias rupturas, as quais levavam a mesmas a buscarem legitimidade no passado para as suas opressões e rebeliões.

[...] Era preciso admitir que a história das mulheres só começava quando uma delas rompiam um círculo infernal da história masculina e de suas leis, para se tornar-se fonte e matéria da dinâmica social. Era, também, preciso não esquecer que nos anos 70, o interesse pela história das mulheres manifestou-se como fruto de várias rupturas que as levou a buscar, no passado, uma explicação para sua opressão e para sua rebelião. (PRIORE, 1998, p. 224).

No século XX as mulheres continuavam a serem pensadas, contudo as mesmas pararam de ser pensadas apenas dentro do exclusivo campo filosófico, adentrando assim nos campos das Ciências Sociais, Humanas, Sociologia, História e etc. As experiências começaram e ser consideradas para se pensar nas diferenças, porém, não se instigava um pensamento sobre diferença.

Daí a solução da historicidade como ponto de partida para uma reflexão a partir do material histórico. Uma historicidade que concretamente trabalhada, retomasse a noção de fato histórico e de conjuntura, de ruptura e de cronologia, para compreender a partir de que referências podemos entender a diferença e falar de história da mulher. Onde também a importância, nos últimos anos, de fazer a história das mulheres, para compreensão deste enorme problema, antes filosófico e agora histórico, que é a diferença dos sexos. (PRIORE, 1998, p. 220).

Consequentemente, este foi um período que de tal modo teve uma grande relevância para trabalhos postos no forte movimento dos estudos das mentalidades. Ganhando destaque os temas que auxiliavam as análises do feminino, desta maneira as mulheres iam se tornando cada vez mais sujeitos sociais que eram inseridos na história, que lutavam com mais frequência contra declarações de poder e que produziam percepções e experiências próprias. As mulheres mesmo que durante anos tenham vivido no campo do esquecimento, atualmente já contam com narrativas que as representem em muitos campos de pesquisa, permitindo assim um crescimento de si próprias como sujeitos históricos em seus mais diversos setores da sociedade, assegurando não apenas os seus registros na História, mas também uma releitura do passado.

Elas desconstroem verdades e abordam o passado sob outro ponto de vista.

A importância dos estudos sobre as mulheres no Brasil nos remete a um passado, onde a mulher era praticamente visibilizada pelo Estado. Em diferentes tempos históricos não foram consideradas agentes da história e sua função na sociedade era determinada de acordo com seu núcleo social, regida e administrada pelo Estado. E quando pensamos em mulher negra, a necessidade de ressignificação histórica é ainda maior, visto que o grupo social ao qual pertence nunca teve importância em nenhum momento histórico. (PEREIRA, 2011.p.6)

É necessário observar que os estudos sobre a escravidão vêm possibilitando um enorme campo de discussões principalmente sobre a mulher. Com o tempo essa história vem se recuperando de forma gradativa, vidas de mulheres que por muito tempo ficaram na invisibilidade agora aparecem como temas centrais de pesquisas. Se enxerga e se aceita que há necessidade que essas mulheres se tornem agentes construtoras de suas histórias, mostrando que elas também têm suas marcas e legados para a sociedade em todos os segmentos. Uma nova historiografia sobre a escravidão certamente tem contribuído para devolver aos verdadeiros construtores do Brasil a sua dignidade, e assim dar oportunidades igualitárias para que tanto homens quanto mulheres possa fazer parte da história.

As mulheres negras do período colonial enfrentavam enormes discriminações. Contra elas eram cometidos atos violentos, por uma sociedade escravocrata e machista. Elas eram vistas como um nada, objeto, como símbolo do pecado dos colonos, pois, elas eram belas e más, tentadoras. Por conta de todo esse processo as mulheres negras até os dias atuais são vistas de formas diferentes, como um ser perigoso e convidativo ao pecado.

As negras, na sociedade colonial, viviam nas casas-grandes e eram muitas vezes as que iniciavam os filhos dos grandes proprietários na vida sexual. Eram amas de leite, cuidavam da casa, prestavam serviços, e muitas vezes ainda eram submetidas às condições de violência sexual. Perto do fim do regime colonial, muitas conseguiam suas cartas de alforria, conseguindo assim, a liberdade depois de anos de escravidão[...] (BASEGGIO E SILVA, 2015.p.20)

Fundamentado nas autoras da historiografia brasileira Nilma Gomes e Bergman de Paula Pereira, que trabalham de uma forma mais específica

questão de gênero e a situação das mulheres negras, nos propusemos a pensar os livros didáticos, lembrando que a Lei 10.639 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em todas as escolas, públicas e particulares, do Ensino Fundamental até o Ensino Médio.

Como ponto de partida é preciso primeiro entender que as experiências das mulheres negras escravizadas devem ser levadas em consideração na hora de escrever a história da escravidão e até mesmo do próprio país, pois é riquíssimo o conhecimento as suas experiências, suas estratégias para sobreviver em um período de repressão. Deste modo ao se analisar estudos sobre a escravidão e principalmente aqueles que se referem diretamente ou indiretamente a manifestações de mulheres negras em relação ao sistema escravista, para pensar sobre o tema em questão, devemos dar preferência aos que dizem respeito à resistência ou a maneira de conquistar a liberdade.

Vale ressaltar que a sociedade do século XIX era totalmente escravista e que o país foi nada mais que um palco de lutas, resistências e de interesses econômicos, onde o que devia prevalecer era submissão e obediência por parte de seres humanos que eram submetidos a tais níveis de crueldade por serem considerados inferiores por conta de sua cor.

Deste modo é preciso fazer uma tentativa de dar mais atenção e procurar entender melhor a representação das mulheres negras no livro didático, escravas ou até mesmo as libertas, diante de um quadro social que as oprimia, partindo da análise de que como essas mulheres negras participavam dessa sociedade escravista e como era a condição de escravas. As mulheres também estavam sempre inseridas e colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista. Isso se perpetua até os dias atuais. Por mais que seja de uma forma diferente a mulher ainda alvo de humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos.

Inseridos nesse contexto estão às mulheres negras escravas, que sem dúvida estavam colocadas em um nível social inferior, tanto por ser mulher, como por ser negra e, também escrava. Ser mulher, e ser escrava dentro de uma sociedade extremamente preconceituosa, opressora e sexista, é reunir todos os elementos favoráveis a exploração, tanto econômica quanto sexual, e também ser o alvo de

humilhações da sociedade nos seus diferentes seguimentos. (SILVA,2015 apud GIACOMINI 1988, p.26)

As mulheres negras que ficassem grávidas eram mantidas normalmente em seus trabalhos. A elas nenhuma importância ou até mesmo assistência era dada já que os senhores pensavam apenas no econômico. Infelizmente, são inúmeros o número de relatos de abandono de crianças, pois para os seus senhores eram vistos como uma despesa a mais. Esses abandonos também eram incentivados / realizados pelos senhores para que essas mães não gastassem seu tempo cuidado de filhos no lugar de estarem trabalhando.

A maioria andava descalça e miseravelmente vestida, as mulheres mal cobriam o corpo com uma saia de tecido grosseiro, na cabeça envolta num pano, em forma de um turbante. Os homens traziam o dorso nu e uma calça de riscado. Apesar das posturas legais proibem aos negros se apresentarem andrajados ou sujos, e responsabilizarem os senhores, cujos escravos fossem encontrados nesse estado, andavam eles muitas vezes com as vestes esfarrapadas entrever o corpo. (Diário de São Paulo, 24 de julho de 1870).

De acordo com Pereira (2011), mesmo com o fim da escravidão as mulheres não foram deixadas de ser vistas como algo inferior. Pelo contrário, passaram de escravas para empregadas domésticas, às vezes com as mesmas condições miseráveis de trabalho e sobrevivência. Este trabalho é necessário para se ter consciência do valor das mulheres que estão no seu dia a dia, e foi escolhido por ser um assunto que não se tem nos livros didáticos, onde essa história se faz invisível.

Del Priore (1993, p. 19-20 e 334) chega a afirmar que a realização das mulheres residia “apenas e exclusivamente na maternidade”, considerando-a como “o universal feminino no período colonial. A identidade feminina fazia-se a partir da maternidade, independentemente de a mulher pertencer à casa-grande, à senzala ou à palhoça bandeirista”. Interessante observar que o elemento que talvez mais tenha justificado a exclusão da mulher no espaço público (a maternidade) é aquele no qual a mulher se apega como forma de resistência e de realização pessoal, além de ter sido o poder da geração o

principal fator de controle sexual de algumas mulheres e do abuso sexual de outras no Brasil colonial, como se verá mais adiante.

Perto do fim do regime colonial, muitas conseguiam suas cartas de alforria, obtendo assim, a liberdade depois de anos de escravidão. Sob o mesmo ponto de vista, Baseggio e Silva (2015) afirmam que “mesmo quando livres, ainda encontravam dificuldades em seus caminhos, agora livres, muitas vezes não tinham para onde ir, e acabavam se tornando prostitutas a fim de evitar a fome e a miséria”.

Hoje existe uma necessidade cada vez maior que a historiografia trabalhe a história dessas mulheres e mostre a sua importância para o processo de construção deste país. Margareth Rago, em seu texto “As mulheres na historiografia brasileira”, aborda o papel da mulher nessa nova historiografia e a importância de se ter uma história reescrita sobre essas mulheres, e que de tal modo foram esquecidas em sua própria história.

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estreitamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. (RAGO, 1995, p. 01)

Mary Del Priore, Margareth Rago, Nilma Gomes e Bergman de Paula Pereira: mesmo que de forma distinta, todas essas autoras trabalham a mulher negra, seja do período colonial, seja nos dias atuais, por isso a leitura dessas autoras foi importante para a realização desse trabalho. São elas que nos ajudam a entender a questão das mulheres na historiografia, das mulheres negras e suas representações e sua importância para o processo histórico.

Esta reflexão as faz tanto mais necessária, quanto mais nos damos conta de que a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história (RAGO, 1995, p. 81).

Vimos, portanto, que a mulher e particularmente a mulher negra na historiografia brasileira ao longo do tempo vem sendo revista; vêm surgindo cada vez mais debates e cada vez mais possibilidades de análise. Desse processo

faz parte esse trabalho. Ele se propõe a pensar sobre como, depois de compreendidos os livros didáticos do Ensino Fundamental II e os rumos da historiografia sobre as mulheres, se possa cruzar as duas informações e se possa analisar de que maneira as mulheres negras são retratadas nos livros didáticos do Ensino Fundamental II e, particularmente, nos livros do 7º ano escolhidos para nosso estudo.

3. A IMAGEM DA MULHER NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: O ENSINO NA CIDADE DE MARABÁ (PA)

Ao longo do presente trabalho, foi nosso objetivo oferecer diversas contribuições sobre os silêncios que existem sobre a participação das mulheres negras nas narrativas mais abrangentes sobre a História do Brasil. Como nos mostra a historiadora Eliane Goulart MacGinity, em seu artigo de 2015, “Imagens de mulheres nos livros didáticos de história”, o papel do livro didático no Brasil é central para o ensino na história nacional e, conseqüentemente dos sujeitos que serão evidenciados em sua narrativa:

Livro didático é a principal ferramenta de trabalho de professores e até mesmo fonte de seus estudos. Juntando-se a isso sua formação e as condições nas quais exerce sua profissão, na maioria das vezes as duas deficitárias, o próprio professor pode se perguntar: se não está no LD [livro didático], existe? O protagonismo do LD está relacionado, como foi visto, com vários aspectos, dentre eles a herança educacional brasileira desde o final do século XIX até o PNLD [Plano Nacional do Livro Didático], que ao longo das últimas décadas do século XX e dos primeiros anos do século atual, universalizou a presença dos livros didáticos nas escolas públicas brasileiras (lembrando que os LD e as apostilas também estão presentes nos estabelecimentos da rede privada de ensino, também compondo identidades). O PNLD, um dos maiores programas de distribuição gratuita de livros didáticos do mundo, movimenta anualmente milhões de reais, chegando as cifras gastas pelo governo federal para o atendimento do ano de 2015 a quase R\$ 1,4 bi. Como mostrei, algumas das maiores editoras do mundo são brasileiras (com origem no exterior ou com acionistas de fora do país) e parcela significativa de seus lucros globais, mais de 30% advém das compras do Estado brasileiro. (MACGINITY, 2015: 929).

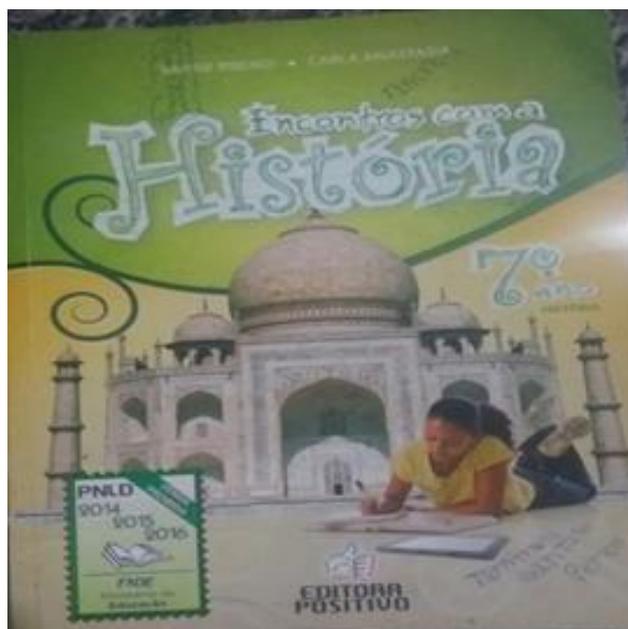
Com base na importância do livro didático como fonte principal para o ensino em sala de aula, precisamos problematizar os conteúdos desses

manuais e de que forma eles têm interferindo na formação da identidade de alunos e alunas em seu aprendizado da história.

Nesse sentido, vemos que, ainda que se tenha avançado muito, o caminho para a verdadeira inserção do papel social de diferentes grupos de mulheres ainda deixa muito a desejar. Não podemos deixar de reconhecer os resultados das lutas de mulheres através de múltiplas facetas dos movimentos feministas, que vêm incansavelmente batalhando para que as mulheres “entrem” na história (nas narrativas mais populares da história). Nosso objetivo foi compreender essas dinâmicas para as mulheres negras.

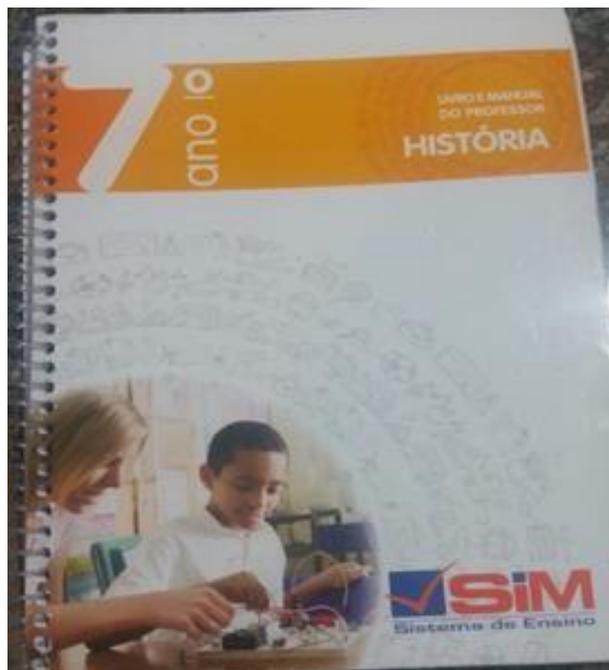
Para tanto, escolhemos para o presente capítulo, analisar alguns livros didáticos adotados na rede de Ensino Básico de Marabá (PA). Como mostram as imagens a seguir, os livros escolhidos para serem discutidos são:

FIGURA 1 – CAPA DO LIVRO DA EDITORA POSITIVO; 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II



FONTE: CAPA DO LIVRO 7º ANO, EDITORA POSITIVO, 2009.

FIGURA 2 – CAPA DO LIVRO DO SISTEMA DE ENSINO SIM; 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II



FONTE: CAPA DO LIVRO 7º ANO, EDITORA FTDA S.A., 2014.

Tratam-se, respectivamente, do título *Encontro com a História* da Editora Positivo (2009), da Editora FTDA e da edição de 2014 do Sistema de Ensino (SIM). Escolheram-se esses livros, em virtude da maior presença de temas ligados à escravidão (considerado de grande importância na construção da imagem do negro na História do Brasil) e da experiência profissional e de estágio analisar os conteúdos a serem trabalhados no 7º ano do Ensino Fundamental de uma escola privada e uma escola pública. O manual de história *Encontro com a História* é adotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Julieta² e o SIM é adotado no CentroEducativo Teorema³, da rede privada.

Observamos que a presença de crianças negras nas capas de ambos livros didáticos de história representa um grande avanço. No entanto, no caso do *Encontro com a História*, a imagem da menina negra é complementada aparentemente pelo palácio Taj Mahal, que fica na cidade de Agra, na Índia. Assim, nos questionamos acerca da escolha do palácio, já que muito pouco se estuda sobre a história de regiões orientais no Brasil. Não teria sido possível compor a capa com imagens que trouxessem elementos africanos e

² Escola Municipal de Ensino Fundamenta Julieta Gomes Leitão. Localizada na Rua Santo Antônio, São Felix II É a Escola aonde é adotado o livro da Positivo.

³ Centro Educacional Teorema. Localizada na Rua São José Nº 123, Bairro: São Felix II. É a Escola aonde é adotado o livro do Sistema de ensino.

afrodescendentes que pudessem melhor contextualizar a escolha da menina da capa? Também é possível notar que a menina da capa está com os seus cabelos presos de forma a esconder alguns dos traços mais marcantes de sua identidade. A forma como essa menina negra se encontra representada é positiva?

Analisar a presença da mulher negra no livro didático de história, como tem demonstrado, é uma tarefa um tanto quanto desafiadora. Acreditamos que, sendo os livros didáticos o principal apoio para os professores e estudantes, a representação das mulheres negras deve evitar estereótipos (além do fato de que muitas coleções de livros didáticos sequer representam as mulheres negras e suas contribuições históricas). Os livros didáticos vêm com conteúdo e imagens favorecendo apenas as elites e as questões étnicas são na maioria das vezes atrelados a discursos de interiorização.

A escola tem influência direta sobre a formação das identidades das crianças, para que essas alunas negras possam de fato assumir sua identidade sem se sentirem inferiores ou envergonhadas, é necessário que a escola ensine o valor que a cultura afro-brasileira tem, as riquezas e a importância que esses povos tiveram para construção da história do nosso país. Ainda convém lembrar que é essencial que tanto as escolas como os manuais didáticos apresentem homens e mulheres negras que carregam consigo uma bagagem cultural riquíssima como suas línguas, danças, culinárias e etc. É preciso tirá-los do papel apenas de escravos e pessoa submissas e inferiores.

A escola influencia diretamente na formação da identidade de uma criança, e para que ela possa se auto afirmar negra sem sentir um mal estar ou vergonha, é preciso que seja ensinado nas escolas o valor da cultura afro-brasileira e da importância dos negros para a construção do país, não apenas como escravos, mas como pessoas que trouxeram consigo grande bagagem cultural que se enraizaram e que mesmo sem saber fazemos uso e nas mais variadas áreas como, por exemplo, a culinária, a linguagem, a música e etc. (ALVES ; MAIA . 2016, p.5).

Segundo Alves e Maia (2016), é indiscutível a importância do uso do livro didático em aula. Ele conduz um universo novo para os alunos, em alguns casos o livro didático é o único livro com que o aluno tem contato, suas imagens devem instigar a imaginação do leitor e fornecer ferramentas

suficientes para que ele possa se envolver com o conteúdo apresentado. Esse material, mesmo tendo tamanha importância para a educação, privilegia a história apenas de uma camada da história, a mulheres negras na maioria das vezes não se encaixam nessa história. Um grande exemplo para esse processo é Dandara dos Palmares (? – 1694). Embora muito pouco seja conhecido sobre a figura de Dandara, sabemos que ela foi uma mulher que fez parte da resistência de luta de negros contra o sistema escravista, uma guerreira líder de quilombolas. Dandara pouco aparece nos livros didáticos e, quando é citada, é sempre colocada do posto de esposa de Zumbi dos Palmares.

Em análise ao livro didático da Editora Positivo, fica claro que tanto as imagens como os conteúdos reforçam um protagonismo masculino, deixando de lado a importâncias das mulheres negras para história. As análises abaixo expõem isso.

QUADRO 1 – IMAGENS DO LIVRO DE HISTÓRIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: EDITORA POSITIVO

PERSONAGENS NAS IMAGENS	QUANTIDADE DE IMAGENS
Homens e mulheres brancos	<100
Homens negros	9
Mulheres negras	2 / 3 ⁴

FONTE: O autor (2018)

Ao analisamos o livro e o quadro acima, podemos realizar três afirmações. Em primeiro lugar, podemos dizer que há uma quantidade bastante grande de imagens (ilustrações), o que o torna um material rico e plural em termos de ferramentas de aprendizagem. Em segundo lugar, porém, podemos destacar que essa riqueza não é igualitária. O quantitativo de imagens de brancos versus o quantitativo de imagens de negros e negras nos deixa claro que o lado da História favorecido pelo livro. Em terceiro lugar, aquilo que mais nos interessa em nossa análise, nos chama atenção o fato de que existam apenas 3 imagens de mulheres negras, em um livro com 249 páginas. Uma imagem a cada 83 páginas. Uma imagem a cada mais de 80 páginas para que

⁴ A discrepância vem do fato de que uma das imagens retratam mulheres indígenas, mas está ligada à um texto sobre escravidão e, portanto, leva o aluno a associar a mulher da imagem às mulheres negras. Discutiremos sobre essa questão a seguir.

meninas negras se vejam, de alguma forma representadas. E, essas representações são todas estereotipadas ou ligadas exclusivamente à escravidão.

O Capítulo 04 do livro tem como tema “África dos africanos” e traz conteúdos sobre os reinos africanos. O capítulo tem 16 páginas e em nenhuma das páginas aparece imagem de uma negra, embora nas páginas 72 e 73 apareça um pequeno texto intitulado *A mulher na África tradicional*. O texto, transcrito a seguir, diz que o papel da mulher variava de acordo com a sua cultura. Segundo o autor do texto, havia culturas em que o seu papel era apenas de plantar, colher, esculpir cerâmicas, pilavam cereais entre outras atividades. Em algumas outras partes da África a mulher podia exercer o papel de chefia, participar ativamente dos conselhos e rainha, regente entre outras funções.

FIGURA 3 REPRODUÇÃO DO TEXTO *A MULHER NA ÁFRICA TRADICIONAL*, 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II, SISTEMA POSITIVO

A mulher na África Tradicional

[...]na quase totalidade da África, a riqueza e o poder dependiam da quantidade de indivíduos que se somavam sob um mesmo rei, chefe ou pai de família. [...] Mesmo em aldeias sem poder centralizado, os homens de prestígio recrutavam-se preferencialmente entre os mais prósperos, isto é, entre aqueles que alcançavam melhores colheitas, que possuíam maiores reservas em seus celeiros e mais expressivas quantidades de animais em seus cercados. Como quase sempre, a riqueza acumulada gerava riqueza, pois, com os excedentes, o agricultor obtinha novas esposas, para aumentar a quantidade de filhos, e atraía seguidores e agregados, e comprava escravos. [...]

Possuir muitas esposas, filhas e noras era importantíssimo, pois sobre as mulheres recaíam os trabalhos mais desgastantes e rotineiros. A divisão de tarefas entre os dois sexos variava de sociedade para sociedade, mas cabia quase sempre à parte feminina o serviço mais cansativo, monótono e pesado. E nisto, a África não discrepava do resto do mundo, onde várias das ocupações dos homens se voltavam em desportos – a caça, a pesca, o remo, a vela, a equitação -, sem que um só dos ofícios das mulheres tivesse o mesmo destino. Pela África afora, elas semeavam e colhiam, moldavam a cerâmica, pilavam os cereais, cuidavam das cabras e das galinhas, recolhiam a água, transportavam a lenha à cabeça, cozinhavam, faziam cestas e esteiras, recolhiam frutos e raízes, levavam os produtos ao mercado, olhavam as crianças, mimavam os esposos.

[...] A condição feminina variava de cultura para cultura. Aqui e ali, a mulher geria suas próprias roças e seus haveres, era senhora de sua casa (construída com a ajuda do marido, mas onde este entrava quase como visitante), e podia ter a iniciativa do divórcio, e participar da escolha das outras esposas que tomassem o seu homem, e exercer posições de autoridade (chefe, rainha, rainha-mãe, irmã do rei, regente, líder das pessoas de seu sexo, sacerdotisa ou alta funcionária do palácio). Em algumas regiões, havia um quase perfeito equilíbrio entre os sexos, e noutras, o papel político das mulheres era decisivo, impedindo que as estruturas de mando fossem exclusivamente masculinas. Não só podia ela exercer a chefia direta, como participava ativamente dos conselhos. Na Luanda, por exemplo, nada se podia decidir sem a presença da luconquexa. Bastava que ela deixasse de comparecer a um conselho, para que esse ficasse impedido de deliberar.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. p. 661-663

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.72,73. EDITORAS POSITIVO, 2009.

Este texto, usado como metodologia de ensino com os alunos de escola pública, fala sobre a mulher africana, mas não o ilustra com imagens dela. Se pensarmos sobre as diversas discussões teóricas a respeito da necessidade de múltiplas ferramentas para o aprendizado, a ausência de uma imagem, de um recurso visual, pode ser significativa. Algumas vezes só os textos não são capazes de fazer menção a uma cultura, raça, um povo é necessário que se tenham imagens para ilustrar com clareza o cada conceito que o texto está expressando. Alguns estudantes, poderão, por suas próprias

—
características de aprendizado, apreender de forma bastante positiva a mensagem que o texto procura passar. Outros, que dependam mais de recursos visuais, talvez não estabeleçam com o tema da “mulher na África tradicional”, uma boa relação⁵. Sobre ter imagens nos livros didáticos Bittencourt afirma.

[...] para introduzir o aluno na leitura de imagens dos livros didáticos, é importante inicialmente buscar separar a ilustração do texto, isolando para iniciar uma observação “impressionista”, sem interferências iniciais da interpretação do professor ou das legendas escritas. Trata-se do momento em que o aluno fará uma leitura geral da ilustração, deixando fluir as relações que estabelece entre o que está vendo e as outras imagens. (SANTOS, 2015 apud BITTENCOURT, 2006, p. 86-87)

Continuando a análise do livro didático somente no capítulo que tem por título *De Pindorama à Colônia Portuguesa*, na página 171, aparece a imagem de uma mulher negra. Um livro com 249 páginas precisa que mais da metade delas tenham se passado para que vejamos pela primeira vez imagens de mulheres negras. Cabe aqui a pergunta: de que forma as meninas negras podem se empoderar ou se sentirem representadas se não conseguem ver no livro imagens com que façam que elas se reconheçam?

⁵ Podemos discutir também o termo “tradicional” e sua utilização como uma forma de construção de um espaço que se liga, no imaginário, ao não civilizado, ou seja, ou não branco / em contato com os europeus. O termo *autóctone* talvez tivesse sido uma escolha mais adequada, na medida em que não carrega consigo os mesmos pré-conceitos que *tradicional*.

FIGURA 4 VALORIZANDO OS SEUS CONHECIMENTOS



FONTE: LIVRO 7º ANO, P.171. EDITORA POSITIVO, 2009.

FIGURA 5 – TRANSCRIÇÃO DOS TRECHOS VALORIZANDO SEUS CONHECIMENTOS E PARA REFLETIR!

Valorizando os seus conhecimentos

O que você sabe sobre os indígenas? Como eles viviam e se relacionavam? O que mudou e o que permaneceu nos diferentes grupos indígenas sobreviventes? Você já assistiu algum documentário sobre os povos indígenas?

Para você, o que é colonização? Por que tantos africanos escravizados foram trazidos para o Brasil? Você conhece alguma comunidade que se originou dos antigos quilombos?

Para refletir!

Além dos graves problemas e desigualdades sociais, o Brasil ainda é palco de desigualdades étnicas raciais, racismo e preconceitos. Entretanto, a partir de 1980 tem crescido no país um diversificado e amplo movimento de valorização da identidade e da cultura afrodescendente e indígena. Mudanças na legislação brasileira e a atuação de movimentos e associações

etnoculturais têm favorecido o estudo e a valorização dessas culturas. Você já pensou na riqueza cultural herdada desses grupos?

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.171. EDITORA POSITIVO, 2009.

Nesta página do livro em que aparece a imagem de uma mulher negra, não há nenhum um texto explicativo sobre essa mulher e o que ela representa, o que aparece são algumas questões para serem respondidas, sobre indígenas, africanos escravizados e racismo, em momento nenhum aparece um texto fazendo menção sobre a mulher que aparece nesta página. Além disso, não se pode deixar de destacar o trecho que diz que “o Brasil ainda é palco de desigualdades raciais” (POSITIVO, 2009, p.171). O uso da expressão “ditas raciais” nos faz pensar que há quem diga que não se tratam de desigualdades raciais e que, portanto, essas desigualdades talvez não sejam reais, sejam apenas ditas, por uma parte da população. Novamente, o que vemos aqui é o reforço de um discurso racista, que anda de mãos dadas com a utilização quase que aleatória da figura da mulher negra.

FIGURA 6 – ILUSTRAÇÃO QUE PRECEDE O TEXTO A ESCRAVIDÃO NA ÁFRICA



FONTE: LIVRO 7º ANO, P.208. EDITORA POSITIVA, 2009.

FIGURA –

7 TRANSCRIÇÃO DO TEXTO *ESCRavidÃO NA ÁFRICA*

A Escravidão na África

No continente africano havia e ainda há diversos reinos e povos de diferentes etnias. A economia também era bastante diversificada, existindo áreas de povos nômades e pastores, assim como regiões com próspero comércio e centros urbanos.

No grande território africano já existia, desde o século I, um intenso comércio entre as diferentes regiões, que ocorria por meio de rotas fluviais e das caravanas no Deserto do Saara. Nessas rotas, as principais mercadorias negociadas eram: sal, ouro, tecidos, grãos, peles e escravos.

A escravidão já existia em vários reinos e comunidades africanas antes mesmo da chegada dos europeus. A maior parte dos escravizados eram prisioneiros de guerra. Eles eram forçados a trabalhar ou eram vendidos. Havia ainda a condenação à escravidão por crime ou dívidas

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.208. EDITORA POSITIVA, 2009.

A FIGURA 6 é a segunda imagem que aparece no livro e traz consigo um texto sobre a escravidão, transcrito na FIGURA 7. Em nenhum momento se faz uma associação declarada entre a figura e o texto, mas se pressupõe que o aluno assim o faça, até por uma questão gráfica (a imagem está disposta acima do texto). Cabe lembrar que, embora a imagem utilizada faça alusão à questão da negritude e do imaginário a respeito do negro, ela se trata, em realidade de uma conversa com a questão indígena. A obra, de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Soldados Índios de Curitiba levando selvagens cativas*, de 1834, é utilizada aqui não como forma de se levantar uma discussão, mas como maneira de se reforçar uma imagem, ainda que descontextualizada. São mulheres nuas, acorrentadas e com seus filhos. Não que não se deva discutir esse aspecto da escravidão, mas porque utilizar da figura de indígenas e porque associá-las às negras, à nudez e à escravidão exclusivamente?

[...] a discriminação da mulher negra pelo livro didático é uma realidade, e que quando representada é demonstrada de forma que possa alimentar estereótipos racistas que há anos se mantêm vivos e acabam sendo repassados no âmbito escolar através do livro didático que se mantêm deficientes em conteúdos[...]. (ALVES; MAIA. 2016, p.7).

8: TRANSCRIÇÃO DO TEXTO *A IMPORTÂNCIA DA MULHER*

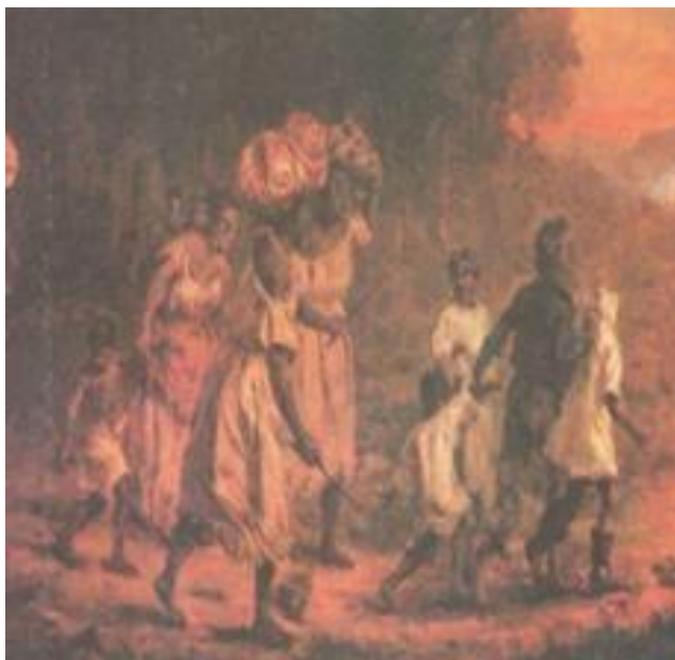
FIGURA

Na formação da sociedade brasileira as mulheres contribuíram com seu trabalho em diferentes locais e momentos da história. Nos quilombos, a mulher africana simbolizava paciência, coragem e valentia para lutar contra as injustiças, pois além de serem companheiras também se encarregava m dos cuidados das crianças e dos afazeres domésticos. Elas também transmitiam os conhecimentos de ritos e práticas como o ato de cozinhar. Nas tradições africanas, a cozinha é um espaço sagrado, pois nela a mulher prepara os alimentos e os remédios a base de ervas. Por isso, na cultura afro-brasileira, as mulheres são consideradas “cabeças coroadas”. Houve quilombos liderados por mulheres, como o Quariterê ou Pioelho, no Mato Grosso, comandado pela Rainha Teresa de Benguela.

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.212. EDITORA POSITIVO, 2009.

Essa é a única página quem tem um texto falando sobre a importância da mulher para história. Não podemos deixar de destacar o significado disso para as mulheres negras e precisamos lembrar que antes da Lei 10.639 de 2003, nem essa página teria existido. Sem ter-se tornado obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos Ensinos Fundamental quase não se encontraria, possivelmente ainda hoje, nada a respeito do tema. O texto, mesmo que pequeno e com um tom de quase “curiosidade histórica” tenta mostrar os diferentes momentos em que a mulher foi importante para história, mostra as riquezas de seu conhecimento cita que houve alguns quilombos que foram lideradas por elas.

FIGURA 9: FUGA DE ESCRAVOS



FIGURA

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.212. EDITORA POSITIVO, 2009.

10 – TRANSCRIÇÃO DO TEXTO QUE ACOMPANHA A *FUGA DE ESCRAVOS*

Fuga de Escravos

Os atos isolados de escravos rebeldes iam desde a simples resistência ao trabalho, recusando-se a executar tarefas, até às fugas do engenho, tentativas de assassinar feitores e senhores ou ao suicídio.

FONTE: LIVRO 7º ANO, P.212. EDITORA POSITIVO, 2009.

O trecho transcrito nos mostra o quanto o discurso racista que considera pequeno o ato de recusa-se a trabalhar quando as consequências são as terríveis surras e torturas está presente no livro didático. Ele é reforçado pela introdução de sua descrição: “atos isolados de escravos rebeldes”. Essa imagem é reforçada pela ilustração, o quadro de François Auguste Biard, de 1849. Sobre o quadro, vale a pena também dizer que ele retrata mulheres, embora não se fale, novamente, sobre elas.

Mesmo diante de todos os avanços de se ter a cultura afro-brasileira inserida nos livros didáticos, o que fica em evidência nesta coleção, mais especificamente no livro usado para análise é que se trata uma história cheia de lacunas e estereótipos e que, quando essas lacunas e esses estereótipos estão relacionados à mulher (que também foi um ser participativo na formação da história do país) fica-se exclusivamente no campo do esquecimento.

Ao analisarmos as imagens deste livro didático, fica óbvio que as imagens de mulheres negras, mesmo sendo tão poucas, estão sempre atreladas à escravidão, castigos, cativos e corpos expostos. Em nenhum momento foi notado neste livro mulheres com formas de resistência contra o sistema escravista. Sobre isso, Alves e Maia (2016) afirmam:

O livro didático muito pouco aborda sobre as formas de resistência, e muitas vezes propiciam interpretações equivocadas, que acabam deixando a entender que os africanos foram passivos à escravidão, principalmente as mulheres que nunca são citadas como referencial de resistência (ALVES e MAIA, 2016).

FIGURA

Partindo da análise desse livro didático se faz necessário perceber a importância de se ter a mulher negra incluída na história do nosso país. O conhecimento de suas experiências, como as mesmas conseguiam sobreviver em um país totalmente escravista. Afinal, foram essas mulheres negras e

escravas inseridas em um contexto totalmente inferior, tanto por ser negra como por ser mulher as maiores excluídas de uma história que elas mesmas protagonizaram tantas vezes.

Sabemos que ser mulher negra no Brasil atual não é tarefa fácil e, analisando a historiografia, vemos como isso é resultado de uma herança histórica que se reproduz no silêncio dos livros didáticos. Ser mulher negra no Brasil é uma representação de luta e afirmação e, mesmo assim, não falamos sobre elas em sala de aula.

Com certeza isto é resultado da trajetória da mulher negra desde quando foram trazidas como escravas para o Brasil, onde as mesmas foram expostas as mais variadas humilhações como as condições de trabalho, a negação da própria maternidade por ter que criar as crianças brancas e se tornar apenas um objeto sexual nas mãos dos senhores que abusavam de seus corpos frequentemente. (ALVES; MAIA. 2016, p.2).

Em nenhuma das páginas do livro é apresentada uma mulher negra, com algum cargo importante na sociedade, ou bem vestida. Elas estão sempre nuas ou com poucas roupas, os textos são sempre relacionados a sua posição de escravas, muitas das vezes, domésticas. Essa posição atualmente passada para os alunos são raízes de um Brasil que ainda determinam que o lugar da mulher negra é entre a cama (nudez) e a cozinha (trabalho doméstico).

[...] O trabalho doméstico, exercido predominantemente pelas mulheres, é uma atividade histórica e ligada às habilidades consideradas femininas, no contexto da escravidão, o papel de organização e cuidado da casa grande, ficou a cargo das mulheres negras, enquanto para as mulheres brancas a principal função dentro do lar era o de estabelecer a ordem e o bom funcionamento do lar (PEREIRA, 2011,p. 5)

QUADRO 2 – IMAGENS DO LIVRO DE HISTÓRIA DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL II: SISTEMA DE ENSINO SIM

PERSONAGENS NAS IMAGENS	QUANTIDADE DE IMAGENS
Homens e mulheres brancos	105
Homens negros	8
Mulheres negras	2

FONTE: O autor (2018)

Partindo para análise do livro didático produzido pelo Sistema de Ensino SIM, percebemos novamente a presença de um grande número de ilustrações, com predomínio das imagens de homens e mulheres brancos. Há uma diferença pouco significativa no número de ilustrações de homens negros (são 8, contra 9 das ilustrações do livro da Editora Positivo) e, se considerarmos a imagem de Debret como efetivamente uma imagem que retrata mulheres indígenas, então, teremos o mesmo número de imagens de mulheres negras: 2, ambas associadas à escravidão.

No segundo capítulo, que vai da página 233 à página 278, estão textos falando sobre os reinos e impérios africanos como Congo, Gana, Mali, Songai e etc. Nessas 45 páginas aparecem apenas 2 imagens de homens negros e em nenhum momento aparece uma imagem ou ilustração feminina. A primeira imagem de uma mulher negra só aparece no terceiro capítulo do livro, na página 255 que fala sobre a sociedade colonial na América Espanhola, construindo uma espécie de pirâmide social (recurso bastante comum em livros didáticos).

FIGURA 11 – SOCIEDADE COLONIAL



FONTE: LIVRO 7º ANO, P.255. SISTEMA DE ENSINO SIM, 2014

Vemos como “pirâmide social” da América Colonial espanhola se organizava. De acordo com o material, ela estava dividida em cinco grupos diferentes. Dentre esses cinco grupos, o de menor importância (e que, portanto,

está no final da página) é composto pela mão de obra escrava, negra, utilizada, segundo o texto, principalmente nas plantações de cana-de-açúcar das Antilhas.

É notável que apenas no terceiro capítulo apareça a primeira imagem de uma mulher negra. Mais notável ainda é que essa imagem esteja, mais uma vez, ligada exclusivamente à questão da escravidão e às formas como ela (e os homens negros escravizados) poderiam servir aos seus senhores. Já a segunda e última imagem de uma mulher negra aparece no capítulo seguinte, intitulado *A colonização portuguesa na América Portuguesa*.

FIGURA 12 – ENGENHO DE AÇÚCAR



FONTE: LIVRO 7º ANO, P.228. SISTEMA DE ENSINO SIM, 2014.

Nesta página, temos uma série de quadrinhos que explicam para o aluno como funcionava a produção de açúcar em um engenho. No último quadrinho, temos duas mulheres e a legenda explica qual a parte da produção do açúcar lhes cabia, por seu gênero. Não há maiores contextualizações e esta é a última vez em que veremos uma mulher negra neste livro didático.

Ainda sobre o livro do Sistema de Ensino SIM, é importante destacar que nele aparece a imagem do quadro de Debret, no contexto da discussão sobre os Bandeirantes, explicando tratarem-se, efetivamente, de mulheres indígenas e não mulheres negras acorrentadas.

FIGURA 13: OS BANDEIRANTES



FONTE: LIVRO 7º ANO, P.240. SISTEMA DE ENSINO SIM, 2014.

A obra, de Jean-Baptiste Debret, intitulada *Soldados índios de Curitiba levando selvagens cativos*, de 1834, efetivamente retrata indígenas e não negras, como afirmado no livro anterior. A questão aqui é que o fato dela ter sido usado naquele contexto em associação às mulheres escravas, traz várias imagens aos estudantes. Além disso, a presença da mesma imagem, em contextos diferentes, reforça nosso argumento de que os livros trazem em si deficiências importantes e que, talvez, parte dessas deficiências estejam ligadas não apenas à questão dos textos, mas também à questão das escolhas imagéticas.

Ambas as análises nos deixam claro qual história os livros didáticos prioriza, o que é triste para educação, pois, se há uma lei que torna obrigatório esse tipo de conteúdo e ainda sim não se faz valer, mulheres negras continuam no esquecimento, vistas apenas como um ser cheio de estereótipos, como mão-de-obra barata e desqualificada, atreladas exclusivamente à escravidão e, mais ainda, como uma parte menor da escravidão. Por isso, estudar o papel que a mulher negra teve e tem para sociedade brasileira é importante, é garantir que ela não esteja invisibilizada na História, mas ocupe seu lugar de direito e possa, assim, servir de espelho para as meninas que acessam esses materiais e que, muitas vezes, a partir deles iniciam seu processo de autorreconhecimento e contato com suas raízes.

Por fim, cabe dizer que este trabalho nos leva a defender a reformulação profunda dos materiais didáticos adotados tanto em escolas públicas quanto particulares. Entendemos que se faz necessário buscar por narrativas que contem outra história, que falem sobre negros e sobre negras como protagonistas de sua história e como mais do que mão de obra escrava ou como miseráveis com a abolição, preteridos pela imigração europeia. Acreditamos que se falássemos mais sobre homens e mulheres negros nos livros, porém de uma forma melhor sem tanto estereótipos e preconceitos, dando valor à sua História, teríamos mais meninos seguros de si e mais meninas prontas para assumir os cabelos, sua cor da pele e suas origens. A educação e o ensino da História poderiam ser responsáveis por futuras mulheres mais cheias de si, mais orgulhosas por serem quem são, afinal desde de pequenas elas estariam aprendendo o seu valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se objetivou em analisar como os Livros Didáticos de História abordam as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico- raciais na construção de representações em torno das mulheres negras através das imagens que os compõem. A pesquisa pautouse em evidenciar a trajetórias dessas mulheres negras e qual papel que as mesmas ocupam nos livros didáticos estudados.

Durante a pesquisa, vimos como a agência negra e seu papel na História do Brasil foi colocada em segundo plano, como parte da construção de um discurso de miséria e de passividade, ligado à escravidão. Em paralelo, vimos como as mulheres passaram a fazer parte da historiografia e como essas mulheres foram saindo do campo do esquecimento. Quando confrontamos as análises dos livros didáticos com o processo historiográficos, porém, enxergamos o descompasso.

As imagens apresentadas nos livros didáticos sobre a mulher negra são minoritárias e foram incorporadas a esse trabalho, para que pudéssemos mostrar como elas aparecem, como são retratadas e como podem ser trabalhadas em sala de aula. Durante todo o processo de pesquisa, ficou evidente que, embora a Lei Federal 10.639/03 seja uma conquista importante para que possamos repensar a história e sociedade brasileira, em termos práticos, os livros didáticos ainda propagam o discurso da história branca e ainda são bastante centrados nos homens. Assim, as imagens das mulheres negras que vemos nos livros didáticos são sempre ligadas à marginalidade. Ou elas estão atreladas à escravidão ou à cultura do trabalho doméstico. Essas mulheres essas não aparecem com papéis políticos ou intelectuais, são sempre retratadas em uma posição inferior e estão profundamente ligadas ao imaginário que se construiu no período colonial ou imperial.

Além disso, não podemos deixar de dizer que quando falamos sobre imagens, estamos falando efetivamente de imagens, no sentido de que as mulheres negras, nas coleções didáticas analisadas não aparecem na narrativa textual. Não há páginas (ou sequer parágrafos) dedicados especificamente ao tema. O que aparecem são ilustrações que, muitas vezes, não têm contextos atrelados que possam dar significados às histórias e trajetórias. Nota-se que isso é algo que se configurou como prática nas coleções.

Com toda certeza houve mudanças no conteúdo dos livros didáticos, porém mesmo com essas mudanças fica notório o quanto as mulheres negras são desvalorizadas e tão pouco presentes na História. Embora existam imagens de mulheres negras nos manuais didáticos a configuração em que elas são inseridas não permite que se mostre as formas de resistência e lutas dessas mulheres, suas experiências de vida e o seu protagonismo diante da história. Assim, podemos dizer que trabalhar com a representação de mulheres negras nos livros didáticos nos faz perceber o quanto é importante uma revisão desses materiais. Mesmo os atuais textos, produzidos depois da aprovação da lei 10.639 de 2003 ainda não conseguiram colocar em prática aquilo que é exigido por lei, caminhando ao redor dela, falando sobre negros e negras, sem falas de negros e negras.

Em nenhum dos livros analisados foi possível encontrar a imagem de mulheres negras atreladas a algum momento histórico importante ou lhes foi dado protagonismo. Aliás, não lhes é dado sequer individualidade. Apesar de seus conhecidos papéis, elas são tratadas apenas como parte de um grupo maior cuja única função e razão de ser é econômico, é servir como mão de obra. Não se reflete sobre a mulher negra como mãe, como agente de luta e resistência ou como participante econômica plural fora da lógica do campo e da miséria

Uma observação possível de ser feita é em relação às pessoas que trabalharam na produção desses livros. Embora elas provavelmente conheçam

a Lei Federal 10.639/03, não existem informações suficientes a respeito dos autores nas obras para que possamos afirmar que eles tenham, ou não, formação específica que lhes permita abordar de forma adequada as questões realmente pertinentes à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Da mesma forma, é preciso pensar sobre quem são as pessoas que escolhem as ilustrações a serem utilizadas. Ilustrações essas que ainda trazem a branquitude como fator dominante. Fica evidente que o ensino da História durante os anos passou por mudanças; no entanto, quando o assunto são as mulheres negras se tem aquela sensação de que o ensino da História continua congelado no tempo.

A análise desses livros e a pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho nos fez perceber o quanto a nossa educação brasileira necessita de professor(as) e manuais didáticos que apresentem para os alunos uma história legítima dando protagonismo a quem realmente fez parte da história. Precisamos de discussões mais complexas e mais próximas da diversidade étnico-racial que nos caracteriza no dia-a-dia. E, se ainda não chegamos a esse ponto é porque o racismo e a discriminação de gênero na História de nosso país é algo bem avivo e que parece ser difícil de se romper. Esperamos que, com essa monografia tenhamos contribuído para uma reflexão a respeito dessas questões e, particularmente, sobre a ausência de mulheres negras nos livros didáticos, deste modo ampliando espaços para que as mulheres negras façam parte de sua própria história.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Leticia Thaynã Queiroz; MAIA, Renata Leidiane Oliveira. **A mulher negra no livro didático**. X Simpósio Linguagem e Identidade da / na Amazônia Sul-Occidental, 2016.
- BASEGGIO, Julia; SILVA, Lisa F. M. As condições femininas no Brasil Colonial. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 3, n. 1, p. 19-30, 2015.
- BATALHA, Claudio Henrique de Moares. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: Jorge Ferreira; Lucília de A. Neves Delgado. (Org.). **O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 1, p. 161-189.
- CONCEIÇÃO, Maria Telvira. Abordagens do Racismo em livros Didáticos da História (2008-2011). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.42, n.1, p.35-58, jan./mar.2017.
- DEL PRIORE, M. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: Freitas, M. C. (Org.). **Historiografia a brasileira em perspectiva**. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 217-235.
- DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997. p.678.
- MaCGINTY, Eliane Goulart. Imagens de mulheres nos livros didáticos de história. **Revista do LHIESTE**. v.2, pp.915-932, 2015.
- GOMES, Gisele Ambrósio. História, Mulher e Gênero. **Virtú** (UFJF), v. 10, p. 115, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte**. São Paulo: USP, 2002 (tese: doutorado).
- LIMA, Mônica. Negra é a raiz da liberdade. Narrativas sobre a abolição da escravidão no Brasil em livros didáticos de história. In: **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. (Org.: Helenice Rocha;) LuisReznik; Marcelo de Souza Magalhães. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017. p. 203-221.
- PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas a empregadas domésticas - **A dimensão social e o 'lugar' das mulheres negras no pós- abolição**. In: XXVI

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA ANPUH: 50 anos, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011.

PEREIRA, Kartielly Rodrigues; CALEIRO, Regina Celia Lima. **A escrava Isaura: um discurso racial ao reverso**. In: 8Forum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão. Universidade: saberes e práticas inovadoras, 2014, Montes claros. Anais do 8Forum de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão, 2014.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

ROZA, Luciano Magela. Abordagens do Racimos em livros Didáticos da História (2008-2011). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.42, n.1,p.1334,jan./mar.2017.

SANTOS, Aline Dias. **Inconografia e representação feminina: a construção das mulheres negras nos livros didáticos de história pós lei 10.639**. In: II COPENE SUL. Congresso das pesquisadoras negras da região sul: Saberes Negros do Sul do Brasil; Pensamento Afro-brasileiro; Pensamento Africano e da Diáspora, 2015, Curitiba / PR. Anais do COPENE SUL, 2015. v. 01.